

07/08/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 111.219 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
PACTE.(S)	: MARILENE DA SILVA NUNES
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Habeas Corpus. 2. Furto a três estabelecimentos comerciais de forma sucessiva. Bens avaliados em R\$ 352,49 (trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos). 3. Ausência de um dos vetores considerados para a aplicação do princípio da insignificância: o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento (furtos em continuidade delitiva). 4. Ordem denegada.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, denegar a ordem, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 7 de agosto de 2012.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

Documento assinado digitalmente

07/08/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 111.219 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
PACTE.(S)	: MARILENE DA SILVA NUNES
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – (Relator): Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado pela Defensoria Pública da União (DPU), em favor de Marilene da Silva Nunes, contra decisão proferida pelo Ministro Jorge Mussi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que deu provimento ao Recurso Especial n. 1.204.797/RS, para afastar a aplicação do princípio da insignificância.

Na espécie, a paciente foi denunciada pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 155, *caput* (duas vezes), e 155, *caput*, c/c 14, II, na forma do art. 71, todos do CP.

Segundo a denúncia, a acusada tentou subtrair, para si, uma blusa de propriedade das Lojas Renner; na sequência, subtraiu, para si, 2 bermudas, um *short* e uma blusa, pertencentes às Lojas Riachuelo; e, ainda no mesmo dia, subtraiu, para si, uma camiseta e uma calça infantil da Loja Barriga Verde, bens avaliados em R\$ 352,49 (trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos).

Posteriormente, o Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Santa Maria/RS rejeitou a denúncia, em razão da atipicidade das condutas.

Inconformado, o Ministério Público estadual interpôs apelação no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ/RS), que negou provimento ao recurso, nos termos da ementa transcrita:

APELAÇÃO CRIMINAL. FURTOS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DENÚNCIA REJEITADA.

Subtração de objetos avaliados pouco acima de meio

HC 111.219 / RS

salário mínimo vigente no tempo do fato, pertencentes a empresas de grande porte. *Res furtivas* restituídas às vítimas. Ausência de prejuízo. Irrelevância penal reconhecida.

À UNANIMIDADE, NEGARAM PROVIMENTO AO APELO MINISTERIAL.

Daí, a interposição de recurso especial no STJ, que, por decisão monocrática do Min. Jorge Mussi, relator, afastou a aplicação do princípio da insignificância, determinando que fosse recebida a denúncia formulada pelo *Parquet*.

A defesa, então, interpôs agravo regimental, tendo a Quinta Turma desse Tribunal Superior negado provimento ao recurso, nos termos da ementa transcrita:

FURTOS SIMPLES EM CONTINUIDADE DELITIVA. *RES FURTIVAS* AVALIADAS CONJUNTAMENTE. R\$ 352,49 (TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS). ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA NÃO VERIFICADA. VALOR SUPERIOR AO ESTABELECIDO POR ESTA QUINTA TURMA PARA RECONHECIMENTO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.

1. Os valores dos bens subtraídos em continuidade delitiva devem ser somados para fins de aplicabilidade do princípio da insignificância.

2. No caso, os objetos furtados apresentam valor superior ao limite fixado por esta Quinta Turma para o reconhecimento da bagatela.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (DJe 29.9.2011).

No presente *writ*, a defesa pede a aplicação do princípio da insignificância.

Liminar indeferida.

A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pela denegação da

HC 111.219 / RS

ordem.

É o relatório.

07/08/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 111.219 RIO GRANDE DO SUL

V O T O

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – (Relator): Consigno que, no caso concreto, discute-se a possibilidade da aplicação do princípio da insignificância, em razão da suposta prática de furto (tentado e consumado) de peças de vestuário avaliadas em R\$ 352,49 (trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos).

Inicialmente, evidencio que, após longo processo de formação, marcado por decisões casuais e excepcionais, o referido princípio acabou por solidificar-se como importante instrumento de aprimoramento do Direito Penal, sendo paulatinamente reconhecido pela jurisprudência dos tribunais superiores, em especial a deste Supremo Tribunal Federal.

Por isso, é que reconheço plausibilidade à tese sustentada pela impetrante. Em casos análogos, esta Suprema Corte tem admitido a possibilidade de aplicação do referido princípio. A propósito, menciono os seguintes precedentes:

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – IDENTIFICAÇÃO DOS VETORES CUJA PRESENÇA LEGITIMA O RECONHECIMENTO DESSE POSTULADO DE POLÍTICA CRIMINAL – CONSEQÜENTE DESCARACTERIZAÇÃO DA TIPICIDADE PENAL EM SEU ASPECTO MATERIAL – TENTATIVA DE FURTO SIMPLES (CP, ART. 155, ‘CAPUT’) DE CINCO BARRAS DE CHOCOLATE - ‘RES FURTIVA’ NO VALOR (ÍNFIMO) DE R\$ 20,00 (EQUIVALENTE A 4,3% DO SALÁRIO MÍNIMO ATUALMENTE EM VIGOR) – DOUTRINA - CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - ‘HABEAS CORPUS’ CONCEDIDO PARA ABSOLVER O PACIENTE.

O POSTULADO DA INSIGNIFICÂNCIA E A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL: ‘DE MINIMIS, NON CURAT PRAETOR’.

HC 111.219 / RS

- O sistema jurídico **há de considerar** a relevantíssima circunstância de que **a privação** da liberdade **e a restrição** de direitos do indivíduo **somente** se justificam **quando estritamente necessárias** à própria proteção das pessoas, da sociedade **e** de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais, **notadamente** naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, **impregnado de significativa lesividade**.

- O direito penal **não se deve ocupar** de condutas que produzam resultado, **cujo desvalor** - por não importar **em lesão significativa** a bens jurídicos relevantes - **não represente**, por isso mesmo, prejuízo importante, **seja** ao titular do bem jurídico tutelado, **seja** à integridade da própria ordem social.

O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUALIFICA-SE COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO MATERIAL DA TIPICIDADE PENAL.

- **O princípio da insignificância** – que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - **tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal**, examinada esta na perspectiva **de seu caráter material**.
Doutrina. Precedentes.

Tal postulado – que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, **a presença** de certos vetores, **tais como (a) a mínima ofensividade** da conduta do agente, **(b) a nenhuma** periculosidade social da ação, **(c) o reduzidíssimo** grau de reprovabilidade do comportamento **e** **(d) a inexpressividade** da lesão jurídica provocada - **apoiou-se**, em seu processo de formulação teórica, **no reconhecimento** de que **o caráter subsidiário** do sistema penal **reclama e impõe**, em função dos próprios objetivos por ele visados, **a intervenção mínima** do Poder Público.

O FATO INSIGNIFICANTE, PORQUE DESTITUÍDO DE TIPICIDADE PENAL, IMPORTA EM ABSOLVIÇÃO CRIMINAL DO RÉU.

- **A aplicação** do princípio da insignificância, **por excluir a**

HC 111.219 / RS

própria tipicidade material da conduta atribuída ao agente, importa, necessariamente, na absolvição penal do réu (CPP, art. 386, III), eis que o fato insignificante, por ser atípico, não se reveste de relevo jurídico-penal. Precedentes. (HC 98.152/MG, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, unânime, DJe 5.6.2009).

AÇÃO PENAL. Delito de furto. Subtração de aparelho de som de veículo. Tentativa. Coisa estimada em cento e trinta reais. Res furtiva de valor insignificante. Inexistência de fuga, reação, arrombamento ou prejuízo material. Periculosidade não considerável do agente. Circunstâncias relevantes. Crime de bagatela. Caracterização. Aplicação do princípio da insignificância. Atipicidade reconhecida. Absolvição decretada. HC concedido para esse fim. Precedentes. Verificada a objetiva insignificância jurídica do ato tido por delituoso, à luz das suas circunstâncias, deve o réu, em recurso ou *habeas corpus*, ser absolvido por atipicidade do comportamento, quando tenha sido condenado. (HC 92.988/RS, Rel. Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, unânime, DJe 26.6.2009).

HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE FURTO. INEXISTÊNCIA DE LESÃO A BEM JURIDICAMENTE PROTEGIDO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: INCIDÊNCIA. ANÁLISE RESERVADA AOS ASPECTOS OBJETIVOS DO FATO. PRECEDENTES. ORDEM CONCEDIDA.

1. A tentativa de furto praticada pela Paciente não resultou em dano ou perigo concreto relevante, de modo a lesionar ou colocar em perigo o bem jurídico reclamado pelo princípio da ofensividade. A conduta tem contornos que demonstram pouca importância de relevância na seara penal, pois, apesar de haver lesão a bem juridicamente tutelado pela norma, incide, na espécie, o princípio da insignificância, que reduz o âmbito de proibição aparente da tipicidade legal e, por consequência,

HC 111.219 / RS

torna atípico o fato denunciado.

2. A jurisprudência deste Supremo Tribunal admite, em casos específicos, a incidência do princípio da insignificância, em face de aspectos objetivos do fato. Tais aspectos apresentam-se no caso, a autorizar a concessão da ordem pleiteada.

3. Ordem concedida. (HC 96.822/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, unânime, DJe 7.8.2009).

HABEAS CORPUS. PENAL. FURTO. TENTATIVA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. OCULTA COMPENSATIO.

1. A aplicação do princípio da insignificância há de ser criteriosa e casuística.

2. Princípio que se presta a beneficiar as classes subalternas, conduzindo à atipicidade da conduta de quem comete delito movido por razões análogas às que toma São Tomás de Aquino, na Suma Teológica, para justificar a *oculta compensatio*. A conduta do paciente não excede esse modelo.

3. O paciente tentou subtrair de um estabelecimento comercial mercadorias de valores inexpressivos. O direito penal não deve se ocupar de condutas que não causem lesão significativa a bens jurídicos relevantes ou prejuízos importantes ao titular do bem tutelado, bem assim à integridade da ordem social.

Ordem deferida. (HC 97.189/RS, Rel. Originária Min. Ellen Gracie, Red. p/ o acórdão Min. Eros Grau, Segunda Turma, maioria, DJe 14.8.2009).

Impende destacar, por oportuno, que o princípio da bagatela – como postulado hermenêutico voltado à descriminalização de condutas formalmente típicas – atua, exatamente, sobre a tipicidade.

Embora admita que a tipicidade penal deva ser vista sob o prisma da tipicidade formal, assevero, todavia, que, hodiernamente, ganha relevo a denominada tipicidade material, consoante frisou o Ministro Celso de Mello, ao deferir a ordem no HC 98.152/MG (DJe 5.6.2009):

HC 111.219 / RS

É importante assinalar, neste ponto, por oportuno, que o princípio da insignificância — que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal — tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material [...].

Para que seja razoável concluir, em caso concreto, no sentido da tipicidade, mister se faz a conjugação da tipicidade formal com a material, sob pena de abandonar-se, assim, o desiderato do próprio ordenamento jurídico criminal. Evidenciando o aplicador do direito a presença da tipicidade formal, mas a ausência da material, encontrar-se-á diante de caso manifestamente atípico.

Postas essas premissas, cumpre destacar, não obstante a importância do princípio da insignificância como instrumento descaracterizador da própria tipicidade penal, que o caso guarda peculiaridades, merecendo algumas ponderações.

Com efeito, o STF tem entendido que, para a incidência do princípio da insignificância, alguns vetores devem ser considerados, quais sejam: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) a ausência de periculosidade social da ação; c) o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e d) a inexpressividade da lesão jurídica causada (cf. HC 84.412/SP, rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, unânime, DJe 19.11.2004).

Todavia, importante observar, para aplicação do princípio em tela, não se deve sopesar somente o valor patrimonial do bem subtraído, o que, no caso, poderia ser considerado ínfimo (R\$ 352,49 – trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos). Há, por outro lado, que se analisar a espécie perante todo o contexto fático, examinando-se um a um os elementos caracterizadores da insignificância, na medida em que o valor da coisa furtada é somente um dos pressupostos para escorreita aplicação.

Dessarte, levando em conta as circunstâncias peculiares do caso concreto, entendo que ao menos um desses vetores não se encontra presente: o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento.

HC 111.219 / RS

Na espécie, o comportamento da agente (furto a três estabelecimentos comerciais de forma sucessiva) revela significativo grau de reprovabilidade, afastando, por conseguinte, o princípio da insignificância.

O modo como os delitos foram praticados indicam a reprovabilidade do comportamento da ré, revelando, assim, o maior desvalor de sua conduta.

Ainda, como bem destacou a Procuradoria-Geral da República:

A paciente, revelando um desvio de personalidade, ingressou em, pelo menos, três lojas, com o propósito de realizar furtos em continuidade delitiva, o que é suficiente para o reconhecimento da expressividade da conduta, incompatível com o princípio da insignificância.

No mesmo sentido, colho a ementa do HC 96.003/MS, rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado pela Primeira Turma do STF em 2.6.2009:

PENAL. *HABEAS CORPUS*. CRIMES DE FURTO. CONCURSO MATERIAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. DESVALOR DA AÇÃO E DO RESULTADO. ART. 155, § 2º, DO CÓDIGO PENAL. FURTO PRIVILEGIADO. SENTENÇA. RECONHECIMENTO. ORDEM DENEGADA.

I – A aplicação do princípio da insignificância de modo a tornar a conduta atípica depende de que esta seja a tal ponto irrelevante que não seja razoável a imposição da sanção.

II – Mostra-se, todavia, cabível, na espécie, a aplicação do disposto no § 2º do art. 155 do Código Penal, tal qual procedeu o magistrado de primeira instância.

III – Ordem denegada. (HC 96.003/MS, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, unânime, DJe 1º.7.2009).

Ante o exposto, apesar de não negar a importância do postulado da insignificância na atual dogmática penal, assevero não ser aconselhável

HC 111.219 / RS

utilizá-lo em situações em que reste comprovado maior desvalor da conduta imputada, motivo pelo qual voto no sentido de denegar a ordem.

Desse modo, mantenho o decidido no julgamento do Recurso Especial n. 1.204.797/RS, do STJ, que afastou a aplicação do princípio da insignificância, determinando o recebimento da denúncia.

É como voto.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 111.219

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES

PACTE.(S) : MARILENE DA SILVA NUNES

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, denegou a ordem, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 07.08.2012.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes e Cezar Peluso. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

p/ Fabiane Duarte
Secretária